UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VINICIUS REGIS DE AZEVEDO

A INCONSCIÊNCIA FISCAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

CUIABÁ – MT

2017

VINICIUS RÉGIS DE AZEVEDO

A INCONSCIÊNCIA FISCAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de curso,
apresentado ao departamento de
Ciências Contábeis como requisito
parcial, para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis pela
Universidade Federal De Mato Grosso.

CUIABÁ – MT

2017

VINICIUS RÉGIS DE AZEVEDO

A INCONSCIÊNCIA FISCAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão De Curso
defendido e aprovado em :

_____ de _____ de 2017 pela
banca examinadora constituída pelos
seguintes Professores :

Profº(a) Ms. Guaracy Lara Prado

Presidente

Profº(a) Esp. Marilene Dias De Oliveira

Membro

Profº(a) Dr. Renildes Oliveira Luciardo

Membro

CUIABÁ – MT

2017

DEDICATÓRIA

Dedico a todos meus familiares e amigos
que estiveram presentes nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar à Deus, porque sem Ele nada teria sentido.

Aos meus pais e a toda minha família que jamais deixaram eu desistir, mesmo nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Aos meus amigos e professores de faculdade pelo companheirismo e motivação ao longo desses anos, enfim a todos que de uma forma direta ou indireta me auxiliaram nesse objetivo.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica que teve por objetivo discorrer sobre a consciência fiscal da sociedade brasileira. Qual seria o real impacto na sociedade com a mudança efetiva na consciência fiscal da população? O entendimento Fiscal ainda é um desafio, uma vez que tratar-se de uma técnica onde os cidadãos passam a compreender melhor acerca da função socioeconômica dos tributos, bem como, tendo um entendimento melhor do sistema tributário nacional, e ainda compreender de uma forma mais ampla como os mais diversos tributos existentes no país podem ser aplicados em prol do bem comum da sociedade. Nos dias atuais há um movimento para que o cidadão compreenda consciência Fiscal como um processo que visa propiciar aos indivíduos conhecimento das mudanças no sistema tributário e assim desta feita assumir seus direitos e deveres exercendo uma cidadania ativa. Ao tratar do Sistema Tributário Nacional, o Legislador Constituinte de 1988 reservou aos Estados e ao Distrito Federal competência para instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria (artigos 145 e 155 da Carta Política do País).

Palavras-chaves: Direito Tributário. Tributos. Consciência fiscal.

ABSTRACT

The present work deals with a bibliographical research whose objective was to discuss the fiscal conscience of Brazilian society. What would be the real impact on society with the effective change in the population's fiscal awareness? Fiscal understanding is still a challenge, since it is a technique where citizens can better understand the socioeconomic function of taxes, as well as having a better understanding of the national tax system, and also understand in a more As the most diverse taxes existing in the country can be applied for the common good of society. Nowadays there is a movement for the citizen to understand Fiscal awareness as a process that aims to provide individuals with knowledge of the changes in the tax system and so this time assume their rights and duties exercising an active citizenship. In dealing with the National Tax System, the Constitutional Legislator of 1988 reserved to the States and the Federal District the competence to institute taxes, taxes and improvement contributions (Articles 145 and 155 of the Political Charter of the Country).

Keywords: Tax Law. Taxes. Fiscal consciousness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	10
1.1 Considerações gerais.....	10
1.2 Conceito de sistema tributário.....	12
1.3 Classificação dos sistemas tributários.....	13
1.4 Princípios constitucionais que regem a tributação.....	15
1.4.1 Princípio Federativo.....	16
1.4.2 Princípio da igualdade/isonomia.....	16
1.5 A atividade financeira do Estado.....	17
1.6 As regras de estrutura e as regras de conduta.....	20
1.7 O Poder Financeiro, o Poder de Tributar e a Competência Tributária.....	21
1.8 Uma Síntese da Atividade Financeira do Estado.....	22
2 A CIDADANIA TRIBUTOS E O CONSUMIDOR	24
2.1 Conceito de tributo.....	28
2.2 Cidadania fiscal.....	29
2.3 Consumidor.....	30
3 EDUCAÇÃO FISCAL	32
3.1 Cidadania e consciência fiscal.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

A conscientização da cidadania fiscal de uma sociedade significa avançar no conhecimento do tema dos direitos e deveres fundamentais de uma sociedade, levar não somente aos interessados de direitos de fato, mas também aos consumidores em geral, de que cada um é pagador de impostos, ou seja todos possuem participação nos negócios de um Estado.

Quanto a relação fisco/contribuinte no Brasil, existe um lapso de ausência efetiva do Estado quanto ao cumprimento básico de alguns princípios e direitos assegurados à população, precisamente a transparência da atual legislação tributária brasileira, em seu sentido amplo. A transparência significa a informação ser disponibilizada de forma clara e objetiva, de forma acessível, a todos a quem interesse, consumidor; comerciante; produtor; industriários; etc.

A escolha do tema teve como base fundamental a enorme deficiência no quesito fiscal e tributário da população, o que causa na sociedade um repulso quanto ao assunto “tributo”, gerando conclusões equivocadas e grande rejeição social do tema, o que faz com que os assuntos de ordem fiscal e tributária levam a ‘culpa’ das políticas públicas ineficientes, não gerando o retorno esperado dos tributos pagos pela população.

O financiamento público tem-se constituído uma temática desafiadora no contexto da gestão das políticas públicas mediante as novas configurações em estão colocadas o Estado brasileiro. A atividade financeira do Estado abarca todas as ações que vão desde a captação dos recursos necessários à realização do bem comum até a efetivação de sua aplicação, incluindo os controles e decisões que permeiam uma e outra etapa. É de se ressaltar que, na captação dos recursos, está inserida a atividade arrecadatória do Estado. Ainda que não seja a única, a arrecadação dos tributos (impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios), sem qualquer sombra de dúvida, constitui a principal modalidade para obtenção de receitas.

Em observância a legislação tributária percebe-se que as mudanças são constantes e rápidas o que reforça a necessidade de colocar em prática ações que tenham objetivo de educar a sociedade quanto a questões tributárias, de informar de forma clara os impostos embutidos na aquisição de mercadorias e na prestação de serviços, pois desta forma todo e qualquer consumidor adquire ferramentas de conhecimento para assim exercer seus direitos e deveres de forma justa e igualitária com o Estado.

A cidadania é um processo sempre em desenvolvimento, a intenção é fazer a sociedade caminhar para uma situação de indignação saudável, de modo a permitir ao cidadão reivindicar direitos e cumprir seguramente deveres amplamente discutidos pela sociedade. Para tal, torna-se relevante a educação do contribuinte, esclarecendo-o de tais direitos e deveres, reforçando o princípio da segurança jurídica e evoluindo para o melhor cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

Com estudos de modelos em outros países, como nos EUA, em relação a uma preocupação com a educação tributária de sua população, um modelo de serviço de advogado de defesa do contribuinte (taxpayer advocate) disponibilizado para a sociedade, para orientar a responder perguntas e prestar assessoria para um planejamento fiscal mais otimizado, levaria, aqui no Brasil, um menor grau de empresários fechando as portas e conseqüentemente menor número de pessoas integrando índices de desemprego no País.

A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, com procedimentos relacionados aos instrumentos científicos da pesquisa, que é de cunho teórico/histórico.

O presente estudo está dividido em três partes: no primeiro tópico aborda-se o sistema tributário nacional, com suas considerações gerais, conceitos, classificação e princípios. No segundo deu-se o enfoque a cidadania tributos e o consumidor, apontando ainda o conceito de tributo. No terceiro, abordou-se a educação fiscal.

1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

1.1 Considerações Gerais

A ordem jurídica brasileira é composta de sistema de normas, umas rotuladas de normas de comportamento, outras chamadas normas de estrutura, todas reunidas em subsistemas que se entrecruzam em variadas direções, tendo, porém, a Constituição Federal como seu fundamento último de validade.

É possível tomar-se qualquer fenômeno sob os mais diversos ângulos e, conforme se dê tal variação, diferentes haverão de ser as conclusões a que chegaremos. Mas onde estaria, então, o ser si, o objeto mesmo, a coisa concretamente tomada, se são possíveis conclusões diferentes, porque diferentes tenham sido os ângulos do olhar?

A resposta que se nos apresenta necessária é: o ser é construído pelo olhar do observador, traduzido por meio da linguagem por ele emitida. É verdade que esta visão retórica da linguagem ainda encontra sérios opositores dentre prestigiosos doutrinadores de linha concretista. É certo, no entanto, que o cientista do direito, porque elabora uma construção linguística a partir de um fenômeno igualmente vertido em linguagem o direito positivo não pode prescindir de considerações iniciais de natureza semiótica. Aliás, muitos dos equívocos com os quais se manejou o direito até agora, têm origem no desconhecimento dessa realidade (SOUSA, 2003).

O sistema formado pela Constituição Federal alojado no topo da hierarquia, oferece as diretrizes que regem todo o sistema jurídico nacional. Assim, pode-se dizer que, a Constituição, isoladamente considerada, configura um sistema de proposições normativas, que identificam outros subsistemas que nela se abrigam, versando sobre esta ou aquela matéria. Neste trabalho, interessa o subsistema constitucional tributário. Esclarecedor o magistério de Carvalho:

[...]. A homogeneidade desse agrupamento de regras está determinada, assim pela natureza lógica das entidades normativas, que pelo assunto sobre que dispõem. [...] Mantêm entre si, relações de coordenação horizontal, situadas que estão no mesmo plano da escala hierárquica, tecendo com idêntico status de juridicidade, a rede do subsistema. Ainda que nele seja maior a incidência das regras de estrutura, não faltam aquelas que se dirigem, frontalmente, à disciplina da conduta, exprimindo-se, prescritivamente, nos modais deônticos permitido, obrigado e proibido (CARVALHO, 2004, p. 142).

Salienta-se que o tratamento conferido pela Constituição Federal não permite ao legislador ordinário liberdade absoluta. De fato, o sistema tributário, cujos contornos revelam acentuada rigidez, foi construído sobre uma extensa gama de princípios, tanto aqueles de caráter geral como os específicos, que restringe a atuação do legislador infraconstitucional. Discorre Carvalho:

[...] o subsistema constitucional tributário realiza as funções do todo, dispondo sobre os poderes capitais do Estado, no campo da tributação, ao lado de medidas que asseguram as garantias imprescindíveis à liberdade das pessoas, diante daqueles poderes. Empreende na trama normativa, uma construção harmoniosa e conciliadora, que visa a atingir o valor supremo da certeza, pela segurança das relações jurídicas que se estabelecem entre Administração e administrados. E, ao fazê-lo, enuncia normas que são verdadeiros princípios, tal o poder aglutinante de que são portadoras, permeando, penetrando e influenciando um número inominável de outras regras que lhe são subordinadas (CARVALHO, 2004, p. 142).

De regra, os princípios constitucionais gerais são aqueles de observância obrigatória na construção da norma jurídica, qualquer que seja o plano em que estiver inserida: princípio da justiça; da certeza do direito; da segurança jurídica; da igualdade; da legalidade; da irretroatividade das leis; da universalidade da jurisdição; do direito de ampla defesa e o devido processo legal; da isonomia das pessoas constitucionais; do direito de propriedade; da liberdade de trabalho; do direito de petição; da supremacia do interesse público ao do particular; e da indisponibilidade dos interesses públicos.

A par dos princípios gerais, figuram aqueles dirigidos especificamente ao exercício do poder tributário, entre os quais, catalogam-se: princípio da estrita legalidade; princípio da anterioridade; princípio da irretroatividade da lei tributária; princípio da tipologia tributária; princípio do não-confisco; princípio da vinculabilidade da tributação; princípio da uniformidade geográfica; princípio da não-discriminação

tributária, em razão da procedência ou do destino dos bens; princípio da territorialidade da tributação; e princípio da indelegabilidade da competência tributária.

1.2 Conceito de Sistema Tributário

Para apresentação do conceito de sistema tributário, a doutrina brasileira resgata o conceito de sistema, acrescentando ao mesmo o histórico de sua inserção no Texto constitucional. São pertinentes os comentários que seguem:

Não obstante significasse, originariamente, reunião ou conjunto, a palavra sistema modernamente significa o conjunto organizado de partes relacionadas entre si e interdependentes. No Brasil, só se pode afirmar a existência, no plano constitucional, de um sistema tributário, tomada a palavra sistema no sentido moderno, a partir da Emenda Constitucional nº 18 de 1965 (MACHADO, 2013, p. 253).

O Direito Tributário é um plexo de normas que juridicizam os planos do nascimento, existência e extinção da obrigação tributária. A definição preponderante em nossa doutrina se move noutra direção, ao dizer que o direito tributário tem por objetivo a instituição, a arrecadação e a fiscalização de tributos.

Já no pensar de Láudio Fabretti; Dilene Fabretti (2006, p. 37), tem-se a seguinte concepção de Direito Tributário: “Conjunto de princípios e normas jurídicas que regem as relações jurídicas entre o Estado e o particular, relativas a instituição e arrecadação dos tributos”.

Dispõe-se que o Estado precisa cumprir com as premissas constitucionais garantidoras de direitos individuais e coletivos. Mas para implementar tais benefícios sociais é necessário de um montante financeiro. Esse montante financeiro ingressará para o Estado através de atividades econômicas privadas dos entes políticos, de empréstimos, e mais especificadamente, pela imposição de tributos (fiscais, parafiscais e extrafiscais) para a sociedade. Todos colaboram para a satisfação do bem comum.

Por seu turno, Torres (2003, p. 319), reportando-se a “conjunto de elementos dotado de unidade interna, coerência lógica, ordem, ausência de contradições e independência do todo com relação às partes”, resiste ao oferecimento de conceito, porquanto identificar confusão da definição com a totalidade.

Contudo, diante do que já se discorreu sobre sistema, não se pode furtar de entender o sistema tributário como aglutinação ordenada de regras, instituições e práticas tributárias, orientada por princípios e definições, que lhes conferem harmonia e coerência.

1.3 Classificação dos Sistemas Tributários

O sistema tributário pode ser classificado por diversos critérios. Sob um aspecto, quando estruturado de acordo com a base econômica da incidência, é designado de sistema tributário nacional, compreendendo o conjunto dos tributos cobrados em todo o território nacional, independentemente da titularidade da competência impositiva. Sua conformação assenta-se na previsão constitucional para instituição de impostos, taxas e contribuições de melhoria (art. 145), de empréstimos compulsórios (art. 148) e de contribuições sociais, econômicas e profissionais (art. 149), “bem como no Código Tributário Nacional, que sistematizou os tributos de acordo com sua base econômica, e legislação ordinária baixada pela União, pelos Estados e pelos Municípios” (MACHADO, 2013, p. 254).

Acrescenta-se que o sistema tributário nacional tem como características a racionalidade econômica e a facilidade de fiscalização e arrecadação. Se a última tem por objetivo reduzir custos de cobrança, a primeira consiste:

[...] no ajustamento a substratos econômicos perfeitamente diferenciados, de modo a se evitarem as superposições de incidência sobre fatos econômicos idênticos e a se eliminarem os vínculos a critérios jurídico-formais ou à técnica de arrecadação (TORRES, 2003, p. 321 – 322).

Tendo em vista a base econômica de suas incidências, os tributos contemplados no sistema tributário nacional são assim classificados: impostos sobre o patrimônio ou a renda (ITR, ITBI, ITCD, IPTU, IPVA, IR e os impostos sobre grandes fortunas) e sobre a produção e a circulação (ICMS, IPI, IOF e ISS); taxas de serviço e de polícia; contribuições de melhoria, sociais (para seguridade social e para educação e cultura), “de intervenção no domínio econômico, de interesse de categorias profissionais e de interesse de categorias econômicas; e empréstimos compulsórios” (TORRES, 2003, p. 322).

Por um segundo critério, o sistema tributário se estrutura a partir da consideração da pessoa jurídica que detém a competência impositiva, sendo designado por sistema tributário federado, bem como por sistema do federalismo fiscal, ou da partilha tributária, ou da discriminação das rendas. Os contornos de sua delimitação repousam no Texto Constitucional, e, no rol de seus predicados, Torres (2003, p. 323), assinala a equidade entre os entes públicos, “com distribuição equilibrada de recursos e a autonomia dos entes públicos menores para legislar e arrecadar seus tributos”.

No entanto, conforme alerta Machado (2013, p. 325), “a Carta Política delimitou apenas a repartição da competência legislativa, ou seja, a competência de instituir tributos e impostos, explícita nos artigos 145, 153, 155 e 156, incluindo-se nela as de administrar e julgar”.

É de se acrescentar que o Código Tributário Nacional assegura ser plena a competência legislativa, conforme estampado em seu art. 6º. Contudo, há limites para o exercício dessa competência, decorrentes das normas gerais constantes das leis complementares.

Com fulcro na repartição das competências, no sistema tributário federado, os tributos classificam-se em privativos, residuais, extraordinários ou comuns. O tributo é privativo quando a competência privativa de um impede que outro ente público possa também instituí-lo.

De outra forma, as competências residuais e extraordinárias são pertinentes à União e alcançam apenas impostos. Todavia, enquanto a competência residual é outorga à União para instituição de impostos não previstos na Constituição Federal, observados os limites nela estabelecidos, a competência

extraordinária é reserva, “também da União, para instituição daqueles, incluídos ou não na sua competência, diante da iminência ou em caso de guerra externa” (TORRES, 2003, p. 323).

Já, a competência comum é aquela conferida aos entes para instituir os mesmos tributos, mas de acordo com o serviço prestado ou com a atividade exercida. Nesta classificação, encontram-se as taxas, as contribuições de melhoria e previdenciárias dos servidores públicos.

Um terceiro critério conforma o sistema internacional tributário que envolve as relações entre cidadãos e empresas em diferentes países, entendendo-se, sob a perspectiva estatal, a partilha da riqueza universal entre as diversas soberanias, inexistindo fonte legislativa superior ou unidade do foco de irradiação da validade jurídica que fundamente a um só tempo, as ordens internacionais e internas.

1.4 Princípios Constitucionais que Regem a Tributação

O termo princípio do latim *principium* traz a ideia de começo, origem. E em qualquer ciência, significa começo, alicerce. Na compreensão do direito como um sistema jurídico, este é composto por normas jurídicas que são informadas por princípios e valores. Os princípios jurídicos são reconhecidamente adotados como marco inaugural e fonte primordial de todos os sistemas jurídicos constitucionais, sendo instrumentos eficazes de interpretação e integração do direito nos diversos ramos da ciência jurídica (FIRMINO, 2013).

Os princípios constituem-se no fundamento do direito positivo e não podem ser tidos como um feixe de normas jurídicas iguais às demais, já que se inserem num patamar mais elevado, na medida em que constituem a estrutura do sistema jurídico e servem para esclarecer o conteúdo e os limites da eficácia das leis e das normas constitucionais esparsas, as quais têm de harmonizar-se com eles.

1.4.1 Princípio Federativo

A adoção do Estado federal não implica necessariamente a existência de um Estado descentralizado, até porque nada impede que a repartição constitucional de competências seja pífia e não represente verdadeiramente uma atuação diversificada dos poderes. Não se pode confundir federalismo com descentralização do poder.

O Estado-membro é livre quanto do exercício das competências a ele asseguradas, em vista da autonomia que goza dentro do círculo de competência constitucionalmente prevista e, como regra, possuem espaço na divisão do poder, ao participarem do órgão legiferante (a exemplo do Senado brasileiro) que ditam as leis, juntamente com os representantes da população (a exemplo da Câmara de Deputados no Brasil) para toda a Federação.

1.4.2 Princípio da Igualdade/Isonomia

O princípio da igualdade de todos perante a lei, com os seus corolários da generalidade e da impessoabilidade, é uma conquista da revolução francesa que se consolidou e expandiu posteriormente, em quase todo o mundo, sendo consagrado nas Constituições liberais do século XIX, e que pode, atualmente, dizer-se princípio inerente à Constituição material dos modernos Estados de direito. O princípio da igualdade jurídica consagra, de um lado, a igualdade formal de todos perante a lei, e de outro, de um ponto de vista material, a proibição do arbítrio e de privilégios (REIS, 2000).

O princípio trazido ao âmbito do direito preconiza que todos sejam tributados na medida de sua capacidade contributiva (generalidade material), sem discriminações arbitrárias, em uma mesma igualdade de sacrifícios (proporcionalidade e progressividade tributária). Sendo todos iguais perante a lei, todos que se encontrarem na mesma situação de fato e de direito, devem se submeter à tributação e ficarem sujeitos à mesma exigência fiscal, como efeito da noção de justiça fiscal.

O princípio da isonomia, também designado princípio da igualdade econômica, igualdade tributária, generalidade da tributação ou uniformidade da tributação, vem disciplinado no inc. II do art. 150 da Constituição Federal, proibindo ao legislador instituir tratamento dessemelhante entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

1.5 A Atividade Financeira do Estado

Em se tratando de matéria financeira, qualquer tema tem seu fundamento na atividade financeira do Estado.

As organizações estatais sempre necessitaram de recursos para a consecução de suas finalidades essenciais. Desde os tempos de Grécia e Roma antigas, até os dias atuais, os Estados vêm buscando fundos para o custeio de suas tarefas institucionais.

Chama-se atividade financeira “... o conjunto de ações do Estado para a obtenção da receita e a realização dos gastos para o atendimento das necessidades públicas” (SCHOUERI, 2011, p. 15).

Como se vê, precede à atividade financeira a definição das necessidades públicas, traçada pelo ordenamento normativo. Conhecidos os fins do Estado, passam a ser identificados três instantes diferentes, quais sejam, o da obtenção da receita, o da administração da receita – intermediado pelo orçamento – e, por fim, o do gasto do montante arrecadado e gerido.

Ao iniciar o Século XXI, o Estado depara-se com atividades caracterizadas pela valorização dos direitos e garantias do indivíduo, isolado ou em grupos. Conforme preleção de Medauar, além dos chamados direitos fundamentais (à vida, à integridade física, de locomoção, de manifestação do pensamento etc.)

De fato, os direitos fundamentais têm caráter universal, e deles serão destinatários todos os que se encontram sob a tutela da ordem jurídica brasileira, nos limites da soberania nacional, pouco importando se são nacionais ou estrangeiros.

Esses direitos contribuem significativamente à vida pessoa humana, necessários para assegurar a todos uma existência digna, com liberdade e igualdade.

E dos direitos políticos (de votar e de ser votado, à formação dos partidos políticos), as Constituições têm assegurado outros direitos sociais, a exemplo do direito ao trabalho, à moradia, à instrução, à saúde, à previdência (MEDAUAR, 2002, p. 24).

As necessidades humanas vêm sendo consideradas como fontes de direitos fundamentais, tendo em vista, principalmente, os direitos daquelas parcelas excluídas em decorrência da prática de um modelo socioeconômico particular, atingindo em sua dignidade, trazendo dificuldades na efetiva participação social e insatisfação no adimplemento de necessidades básicas mínimas (FIRMINO, 2013).

A igualdade é um dos temas mais controvertidos no Direito. Ao longo da história, diferentes formas de sociedade e de Estado foram organizadas em função desse princípio e diversas foram às concepções de igualdade nas mais diferentes sociedades humanas.

O sentimento de igualdade na sociedade atual propugna-se pelo tratamento equitativo aos que ainda não conseguiram assegurar e a implementação de seus direitos mais vitais e fundamentais para que possam não somente o direito a viver, mas possam igualmente ter uma vida digna.

Nesse rol, acrescentam-se, também, direitos com novas feições, chamados de terceira e até quarta geração, tais como ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao lazer, de não ser lesado como consumidor. Ademais, o Estado contemporâneo asoberba-se com as necessidades da população carente, atuando para reduzir, senão eliminar, as desigualdades sócio-econômicas.

Pode-se dizer que com o intuito de assegurar esse bem comum, que são desenvolvidas atividades, as quais, em conjunto, são designadas por atividade estatal.

Porém, há atividades que são essenciais, obrigando-se o Estado à sua execução, em virtude de serem indelegáveis ou pela indisponibilidade do interesse público, a exemplo da atividade judicante.

Outras, de natureza complementar, podem ficar a cargo de terceiros ou até mesmo deixar de ser exercidas. Dentro do universo de ações que se expandem ou se retraem na proporção que aumenta ou diminui a intervenção do Estado na vida da sociedade, também se inclui a atividade financeira.

Nesse contexto, ao abrir obra construída com fins didáticos, Torres (2003, p. 25), identifica a atividade financeira como “conjunto de ações do Estado para obtenção da receita e a realização dos gastos para atendimento das necessidades públicas”.

Tratando da matéria, Baleeiro contrapõe os primórdios do Estado, quando imperava a mera requisição de coisas e serviços dos súditos ou a gratuidade ou honorabilidade das funções governamentais, aos tempos atuais, em que aquele “costuma pagar com dinheiro os bens e o trabalho necessários ao desempenho da sua missão” (BALEEIRO, 2002, p. 23).

Pela mesma trilha, envereda-se Ataliba:

Antigamente, quando não se podia falar em estado de direito, o político usava do poder para obrigar arbitrariamente os súditos a concorrerem com seus recursos para o estado [...]. Hoje, o estado exerce este poder segundo o direito constitucional e obedece, em todas as suas manifestações, ao estabelecido na lei (ATALIBA, 2008, p. 29).

A atividade financeira não configura um fim em si mesma. Ao contrário, constitui-se em mero instrumento na busca dos recursos para a realização dos fins últimos do Estado. Em outras palavras, não é objetivo do Estado o enriquecimento ou a expansão patrimonial, mas, sim, aspirações como a saúde, a educação, a segurança pública, a realização do Direito, que reclamam por suporte financeiro para sua promoção.

Já para Baleeiro (2002, p. 04): “A atividade financeira consiste, portanto, em obter, criar, gerir e despender o dinheiro indispensável às necessidades, cuja satisfação o Estado assumiu ou cometeu àquelas outras pessoas de direito público”.

Enfim, a atividade financeira do Estado abarca todas as ações que vão desde a captação dos recursos necessários à realização do bem comum até a

efetivação de sua aplicação, incluindo os controles e decisões que permeiam uma e outra etapa.

É de se ressaltar que, na captação dos recursos, está inserida a atividade arrecadatória do Estado. Ainda que não seja a única, a arrecadação dos tributos (impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios), sem qualquer sombra de dúvida, constitui a principal modalidade para obtenção de receitas.

1.6 As Regras de Estrutura e as Regras de Conduta

Em princípio, toda norma jurídica tem por finalidade a regulação de condutas. Embora isto seja irretorquível, tem-se afirmado também que algumas normas dirigem-se diretamente às condutas tomadas em sua individualidade, possuindo tipificações que permitem o condicionamento de condutas sem que se tenha a necessidade de implementação de comando intermediário entre o mandamento e a conduta condicionada.

Vale dizer, normas endereçadas à disciplina de condutas, tomadas em seu ponto terminal. Outras normas não operariam assim. Dirigir-se-iam àqueles fatores das normas e disciplinariam seu mister. Neste sistema de referência, seriam tipicamente normas de estrutura, adverte Paulo de Barros Carvalho (2004), aquelas que outorgam as competências, isenções, procedimentos administrativos e judiciais, as que prescrevem pressupostos etc.

Dentre as normas que cuidam da competência, inclui Paulo de Barros Carvalho (2004), aquelas que versam imunidades tributárias.

Esta classificação não deixa de fomentar interessantes questões, delineadas por Carvalho (2004) após estabelecer que, nas normas de conduta, a ordenação final da conduta é objetivo pronto e imediato, enquanto nas normas de estrutura,

Seu caráter é mediato, requerendo outra prescrição que pode-se dizer intercalar, de modo que a derradeira orientação dos comportamentos intersubjetivos ficará a cargo das unidades que serão produzidas sequencialmente. Isto não quer dizer que as normas de conduta, por tipificarem deonticamente as relações interpessoais, prescindam de outras

normas, de inferior hierarquia, para chegar efetivamente ao campo material dos comportamentos sociais. Não. Aquilo que se quer expressar é que as regras de que tratamos esgotam a qualificação jurídica da conduta, orientando-a em termos decisivos e finais. As outras, com seu timbre de mediatidade, instituem condições, determinam limites ou estabelecem outra conduta que servirá de meio para a construção de regras do primeiro tipo. Denominemos normas de conduta as primeiras e normas de estrutura às últimas (CARVALHO, 2004, p. 147).

Não parece impróprio afirmar que as normas de conduta podem, a um só tempo, orientar condutas em termos decisivos e finais e ainda necessitar de complemento para sua inteira aplicação.

1.7 O Poder Financeiro, o Poder de Tributar e a Competência Tributária

Torres (2003, p. 05), menciona, também, que “a atividade financeira emana do poder ou da soberania financeira do Estado”, aduzindo ser o poder financeiro “parcela ou emanção do poder estatal (ou da soberania), ao lado do poder de polícia, do poder penal, do poder de domínio eminente”.

Ainda conforme indica Torres (2003), verticalmente, são identificados poderes financeiros da União, dos Estados e dos Municípios.

A pugnada assertiva, porém, pode levar à equivocada ilação de que se trata de referência ao poder de tributar. De fato, Torres (2003, p. 6), desenvolve a suscitada fragmentação, a partir das atividades financeiras vislumbradas nas esferas federal, estaduais e municipais. No plano horizontal, sustenta a separação dos poderes financeiros de administrar, legislar e julgar, considerando “que a atividade financeira será uma específica atividade administrativa vinculada à lei e controlada pelo Judiciário”.

Em síntese, o poder financeiro permeia todas as funções que decorrem do poder soberano do Estado. Por conseguinte, não se confunde com o poder de tributar.

Embora ressalvando não ser razoável admitir-se a relação tributária como uma relação de poder, mas, sim, como uma relação jurídica, Machado(2013), com maestria, também descreve o poder de tributar como manifestação do poder soberano do Estado.

Em suma, poder financeiro e poder de tributar não se confundem. Enquanto aquele se instala no plano da função estatal relativa à especial atividade de administração financeira, o poder de tributar conforma-se na legitimidade para a instituição do tributo. Contudo, um terceiro conceito se impõe no exame da matéria: o da competência tributária, por vezes, rotulada de soberania tributária.

É matéria pacificada que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são destituídos do poder soberano. Entretanto, a repartição da competência tributária é corolário do poder soberano que sustenta a autonomia desses entes. Para corroborar o entendimento, traz-se a dicção de Moraes (2002, p. 287): “A autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências legislativas, administrativas e tributárias, sendo, pois, um dos pontos caracterizadores e asseguradores do convívio no Estado Federal”.

Enfim, a distribuição do poder de tributar (ou do poder tributário) entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios materializa o princípio da competência tributária. E esta – a competência tributária – constitui-se em faculdade atribuída ao ente para o exercício do poder tributário.

1.8 Uma Síntese da Atividade Financeira do Estado

O encargo de realizar o bem-comum demanda recursos que o Estado contemporâneo busca junto aos cidadãos mediante a arrecadação de tributos. Evidentemente, a imposição tributária é manifestação do poder soberano estatal interno, cujo exercício resta fracionado em virtude das competências constitucionalmente recortadas entre os entes políticos, em decorrência da especialização das funções.

Todavia, é de se realçar que a fragmentação do exercício do poder tributário não configura renúncia ao poder soberano – tampouco sua transferência – mas, tão-somente, mecanismo para se proporcionar meios de assegurar o federalismo e a autonomia dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios, via da distribuição de competências.

Por outro lado, a atribuição de competência para a instituição de tributo, não consiste em outorga de prerrogativa, cujo exercício pode ser renunciado. Ao contrário, trata-se de verdadeiro dever de exercício, não podendo o ente destinatário dele se furtar, sobretudo, a partir da já noticiada edição da Lei Complementar nº 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Estado de Mato Grosso implementou recentemente mudanças no processo de planejamento e gestão das políticas públicas, buscando articular e assegurar maior eficácia às ações contidas no PPA, LDO e LOA. Tais mudanças se consolidam num novo sistema de gestão, no qual os programas de governo são organizados como unidades básicas de gerenciamento das ações integrantes do Plano Plurianual e das Leis Orçamentárias Anuais.

2 A CIDADANIA TRIBUTOS E O CONSUMIDOR

A era moderna é marcada por sua forma líquida. Liquidez no sentido de que tudo é fluído, tudo muda sob constante pressão e a instabilidade agora é a ordem.

O Estado ainda se mantém como estrutura política dominante para a organização do poder e da sociedade, não há como negar isso. Além disso, sua soberania se mantém legalmente instituída e reconhecida tanto no cenário doméstico quanto internacional. O fato é que o Estado continua a ser o ator predominante no sistema internacional de Estados soberanos – o único legitimamente reconhecido como detentor do poder coercitivo e do uso legal e legítimo desse poder (quando em legítima defesa ou autorizada pelas Nações Unidas – ao menos teoricamente – mas isso cabe para outra discussão).

O Estado se caracteriza como a personificação da sociedade politicamente organizada, sendo uma entidade criada para manter a ordem e viabilizar a vida em comunidade. Sua criação pressupõe a necessidade de concretizar determinados objetivos, que variam de acordo com a ideologia e os valores de cada época, e com a própria caracterização da concepção do Estado e de suas funções.

O Estado pode ser tido como um ente destinado apenas à manutenção da ordem social, cabendo-lhe a garantia da liberdade dos indivíduos. Essa foi a ideia de Estado consagrada pela Revolução Francesa, tendo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada pela Assembleia Constituinte Francesa em 1789, contemplado uma concepção individualista da sociedade, colocando em relevo a preservação da liberdade, o que implicaria a necessidade da não-intervenção do Estado nas atividades individuais. Não obstante, o papel do Estado foi ampliado quando este passou a ser responsabilizado pela concessão de prestações que viabilizassem o exercício dos direitos sociais (GOULART, 2003).

A Constituição Federal de 1988, que refundou a República Brasileira, destacou a cidadania e dignidade da pessoa humana como os fundamentos do novo

estado que dela derivou (CF, art. 1º, incs. II e III). Ao fazer opção de tais valores, como integrantes do núcleo da nova república, o constituinte escreveu uma das mais avançadas cartas, que meritoriamente ficou conhecida como “a Constituição Cidadã” (SILVA; LEHFELD, 2016).

Ressalte-se que um dos direitos fundamentais reivindicados e declarados após a Revolução Francesa, qual seja, o direito à igualdade, teve como inspiração questões de natureza tributária, relacionadas com a distribuição do ônus da tributação, e a intervenção do Estado na propriedade privada.

Em busca da descentralização fiscal e da construção da autonomia financeira dos Estados-membros, a Constituição Federal de 1988, repartiu o âmbito de competência tributária entre os entes federados, bem como partilhou o produto de sua arrecadação. Não é sem razão que a repartição de receitas reforça a autonomia federativa da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente quanto aos impostos, a Constituição Federal delimitou, de forma rígida, a competência de cada uma das unidades federadas por meio de critérios materiais e territoriais (PINHEIRO NETO, 2016).

Nesse mister, como se observa nos arts. 153, 155 e 156, a Constituição Federal delimita os fatos que podem ser objeto de incidência de impostos a serem criados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Além de destacar a cidadania e a dignidade humana como fundamentos da República, alçou como objetivos fundamentais do Estado brasileiro a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais; e, ainda, a promoção do bem de todos.

O conceito de cidadania que foi idealizado por Thomas Marshall em 1949, quando propôs uma teoria sociológica, nela contemplando direitos inerentes à condição humana, classificando-os como direitos civis, direitos políticos e direitos sociais (SILVA; LEHFELD, 2016).

Preliminarmente, pode-se dizer que a cidadania seria conjunto de direitos e deveres da pessoa diante do poder.

O mencionado termo procede de *civitas*, que, em latim, quer dizer cidade. Possuem o caráter de cidadania as pessoas que estão integradas em uma cidade -

Estado e aí são oficialmente reconhecidas como detentoras dos direitos políticos previstos na sua Constituição.

Nesse espaço, entender-se-á o Estado como a nação (povo) dotada de organização política, governo autônomo e soberano, ordem jurídica e território. E a cidadania corresponderá ao somatório dos direitos políticos das pessoas que, atualmente, no Estado Democrático de Direito, participam da sua organização e administração, por seus representantes parlamentares e governantes, eleitos em votação direta, pessoal e universal. Esse sistema, no Brasil, se processa através dos senadores, deputados federais e estaduais, vereadores, presidente da república, governadores e prefeitos (QUARESMA, 2008).

Historicamente, a cidadania – que já ceifou a vida de muitos dos seus defensores revolucionários – tem sido objeto de muitas lutas entre a população e os governantes. Estes, buscando mais poder, com tendências ao absolutismo autoritário, enquanto o povaréu clama por governo participativo; libertário; democrático; e aberto ao diálogo, à transparência dos atos de gestão e ao chamamento à responsabilidade fiscal.

O exercício da cidadania não exige, pois, tão-somente, a posse da certidão de nascimento. Ela vai bem mais longe, mostrando precisar ser construída, a cada dia, a partir da vigilante, conjugada e consciente vivência e participação organizativa e estrutural de todos.

Ademais, o Estado não pode disponibilizar essa plenitude de direitos políticos, senão, com a assunção cidadã de custos organizacionais muito altos. Em contrapartida, há que se atentar para alguns pressupostos de fruição dessas dádivas democráticas, os quais precisam ser observados pelo cidadão (QUARESMA, 2008).

Além do nascimento no solo pátrio e da obrigação de votar, usar a língua portuguesa, prestar serviço militar (os homens), cumprir as normas jurídicas e portar-se com ética, entre tantos deveres, também se exige o pagamento dos tributos instituídos em lei.

Esse último tópico obrigacional está inserto na presente obra, com vistas a provocar livres debates. Aqui se colocam os diversos direitos dos contribuintes, junto com sua obrigação de conhecer a legislação tributária e pagar os tributos devidos, exatamente em ambiente de pressuposto ético do seu direito à cidadania.

Afinal, quando alguém decide não pagar tributos, obriga o Estado a elevar a carga tributária dos demais cidadãos, porquanto os custos financeiros da organização e estrutura comunitária são certos e precisam ser quitados por todos, consoante as normas previstas na legislação tributária (QUARESMA, 2008).

Por isso, os cidadãos infratores perante esse dever tributário (dever de pagar tributos consoante as normas vigentes) lesam a organização social e, também, os demais parceiros sociais, cometendo o crime de apropriação indébita em relação à sua clientela, quando o tributo não pago é incluído no preço do serviço prestado ou da mercadoria vendida!

Há uma tendência a se realçar nos dias atuais o dever, porque pode parecer que esquecemos os deveres e só se fala dos direitos. Na realidade fala-se em direitos, mas, muitas vezes, esses não passam de normas, chamadas de programáticas, escritas na Constituição e que não se consolidam nem através de regulamentação, nem na realidade dos tribunais e nem se concretizam como fato social (BARBOSA, 2005).

Por outro lado, não se pode desprezar os deveres, uma vez que estes, são transformadores da sociedade e do indivíduo que, em seu papel, se for participante, é agente de mudanças internas e psicológicas importantes, quando, além do papel passivo de receptor de direitos, passa a exercer papel ativo e transformador do mundo social (BARBOSA, 2005).

O fato é que o Estado moderno está em um período e um processo de transformação. Quanto tempo durará e o que decorrerá desse processo é ainda imprevisível. Pode ser que se depare com um Estado ainda mais fortalecido, com fronteiras intransigentes e um nacionalismo exacerbado. Por outro lado, pode ser também que o Estado se transforme em um ator mais fragilizado, mais cooperativo com outros atores transnacionais e vulnerável frente aos problemas locais (isto é, que afetam tanto a comunidade internacional quanto as comunidades locais).

Cidadania seria o conjunto de direitos e deveres da pessoa diante do poder. Direitos e deveres devem ser colocados no mesmo plano constitucional e integrar o estatuto constitucional do indivíduo ou seus direitos fundamentais.

2.1 Conceito de Tributo

Até o momento, ainda não se construiu um conceito para tributo. Na ânsia de obter a melhor compreensão do termo, de início, recorre-se ao Código Tributário Nacional, que trouxe a respectiva definição, em seu art. 3º, ao assim proclamar: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nessa se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 2007, p. 15).

O conceito legal, porém, suporta severas críticas doutrinárias, não sendo poucos os reparos que lhe são opostos.

Já, na conclusão de Ataliba (2008, 118), “tributo é a exigência unilateral e coativa de dinheiro, feito pelo estado às pessoas submetidas à lei, com fundamento na Constituição (arts. 145 a 156)”.

Ainda sobre a matéria, soma-se a valiosa contribuição de Baleeiro, onde discorre:

Segundo o art. 3º do CTN, tributo é toda obrigação jurídica que nascer de pressuposto lícito (tornando-se inconfundível com as sanções em geral, inclusive indenizações por ato ilícito), independentemente do consentimento do obrigado (é obrigação compulsória ex lege). Deve ser necessariamente instituído em lei. Distinguem-se os tributos, assim, dos ingressos não coativos, que avolumam os cofres públicos por meio de atos de vontade (expressos ou tácitos, bilaterais ou unilaterais, contratuais ou negociais), [...]. Situam-se, portanto, os tributos entre os ingressos coativos, mas guardam a sua especificidade em que não são mera recomposição do patrimônio público anteriormente lesado, como ocorre nas indenizações, nem tampouco são entradas sancionatórias, impostas à prática de ato ilícito. Finalmente, os tributos têm destinação pública, pois são ‘cobrados mediante atividade administrativa plenamente vinculada (BALEEIRO, 2004, p. 63).

Enfim, conclui-se a apreciação sobre o conceito de tributo, entendendo o termo como a obrigação pecuniária, atribuída pela lei ao administrado, em virtude da ocorrência de determinado fato lícito, para o qual se estabeleça base de cálculo específica, exigida pela Administração Pública mediante atividade vinculada e obrigatória.

2.2 Cidadania Fiscal

A dimensão espacial da cidadania fiscal tem desdobramentos nos planos local, nacional, internacional e supranacional, assim como no virtual (cibernético).

O conflito entre o cidadão-contribuinte e o Estado quanto às questões tributárias parece ter como uma das causas a desconfiança mútua. Se houvesse participação do cidadão nas políticas públicas e maior transparência nas ações do Estado, acredita-se que, em parte, esse conflito se reduziria.

Torres apud Barbosa (2005), ao versar sobre a dimensão bilateral da cidadania, aponta para a assimetria entre direitos e deveres. A cidadania envolve direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e difusos, e compreende os deveres correspectivos.

Os Direitos Fundamentais estão diretamente relacionados à Política, uma vez que foram impostos politicamente no meio de “ferozes lutas, de revoluções, de guerras civis e de outros acontecimentos de ruptura” (DIMOULIS; MARTINS, 2008, p. 17).

Convém lembrar que temas como: impactos ambientais, manipulações genéticas, avanços da informática, progresso da indústria bélica, a instabilidade social e econômica, os avanços da medicina e da ciência, os novos rumos da política, dentre tantos outros, acabam por criar novas barreiras à efetivação dos direitos. Afinal, da normatização à eficácia e efetivação dos direitos leva tempo.

O Estado Fiscal caracteriza-se pelo dismantelamento da organização absolutista, originado normalmente pelo descontentamento das classes burguesas ou populares com o excesso de controle e limitações de suas liberdades, bem como com os favores concedidos pelo Poder Central a determinados estamentos por mera liberalidade (CASSES, 2010, p. 03).

Pode-se dizer desta feita que o Estado Fiscal possui necessidade de buscar como fonte de receitas para que possa manter suas atividades.

O ser humano encontra-se subordinado aos Poderes Públicos, configurando-se como detentor de deveres com o Estado. Chama-se, *status* passivo. A situação de que o indivíduo possui personalidade requer que usufrua de

um espaço de liberdade em respeito à influência dos Poderes Públicos. Assim denomina-se status negativo.

Em certas situações, o homem tem o direito de requerer do Estado que atue positivamente, que realize uma prestação. Aqui, o status é positivo.

O quarto *status*, que chama ativo, o homem desfruta de competência para intervir sobre a formação da vontade do Estado.

“A cidadania de uma sociedade democrática, por ser democrática, traz para o conceito significados e consequências jurídicas específicas, que a diferenciam, por exemplo, de uma cidadania liberal” (BARBOSA, 2005, p. 28).

Cada qual com seus fundamentos políticos base jurídica que forma uma equação própria com desdobramentos no conceito e dimensão da cidadania.

É evidente que os desafios e o grau de ineficiência do Estado perante essas questões diferirão com base no nível de desenvolvimento e atuação governamental de cada um. Isto fica claro ao comparar a eficiência e o tempo que um país desenvolvido, como o Japão, leva para se reerguer de uma devastação ambiental em relação a um país em desenvolvimento, como o Haiti – apenas para citar um exemplo. Porém isso não elimina o fato de que todos os Estados presentes no sistema internacional são afetados (em menor ou maior grau) por esses fenômenos transnacionais.

2.3 Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor define expressamente a figura do consumidor. E, assim procede não apenas em um único dispositivo, ou seja, em seu artigo 2º, o faz em vários momentos trazendo à luz conceitos distintos de consumidor, nos quais podem ser enquadrados até mesmo aqueles que participam indiretamente da relação jurídica, que vem a ser a relação de consumo (EFING, 2005).

O consumidor é uma pessoa física ou moral que adquire, possui ou utiliza um bem ou serviço colocado no centro do sistema econômico por um

profissional sem perseguir ela própria a fabricação, a transformação, a distribuição ou a prestação no âmbito de um comércio ou de uma profissão. Consumidor é qualquer pessoa, natural ou jurídica, que contrata, para sua utilização, a aquisição de mercadoria ou a prestação de serviço, independentemente do modo de manifestação da vontade; isto é, sem forma especial, salvo quando a lei expressamente a exigir (PAROSKI, 2013, p. 44).

A teoria adotada pela lei consumerista é a finalista, e conforme a lei, consumidor é somente o destinatário final.

O ato de consumir possui vinculação estreita com a sobrevivência humana, com as atividades comerciais e a expansão econômica. No entanto, em nenhum outro momento histórico o consumo se desenvolveu tanto, ao ponto de ser considerado como peça fundamental da sociedade (WEBER, 2013, p. 31).

O caráter econômico constitui-se como um dos mais relevantes para a definição de consumidor. Contudo, não tende a ser o exclusivo, tendo em vista a expressão destinatário final trazer o caráter jurídico do termo, o que também é considerado pela doutrina nacional como elemento objetivo do conceito de consumidor.

O conceito de consumidor no Mercosul é o de toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final em uma relação de consumo ou em função dela. Observe que tal conceito não se distancia de uma definição que se queira dar de contribuinte, até mesmo porque estamos tratando da mesma pessoa, exercendo direitos e deveres, em um momento único em que ela é consumidor e contribuinte (BARBOSA, 2005).

O destinatário final da relação de consumo é aquele que obtém o bem ou o serviço não apenas em benefício próprio, como também, em benefício familiar, doméstico ou de terceiros, satisfazendo uma necessidade básica. Ao retirar o objeto de consumo do mercado e o utilizando sem o interesse de repassá-lo a outrem com a finalidade de praticar uma atividade comercial, o destinatário final põe fim à relação de consumo.

3 EDUCAÇÃO FISCAL

A Educação Fiscal pode ser compreendida como uma nova prática educacional que tem como objetivo aprimorar valores e atitudes, conhecimentos e capacidades indispensáveis ao exercício de direitos e deveres na relação bilateral entre o cidadão e o Estado.

Para Teixeira (2013, p. 02),

O fato é que grande parte da população não sabe que paga tributos, desconhecendo sua própria contribuição para o financiamento dos serviços públicos. Alguns sequer sabem que a escola e o hospital que estão a seu serviço são frutos dos tributos pagos por eles. Assim, o debate sobre esse tema contribui para o exercício da cidadania. Um cearense informado e consciente de suas obrigações e seus direitos é um cidadão livre para participar mais, para cobrar mais e para votar melhor. Jogar luz sobre o sistema tributário é ação que impulsiona a efetivação da justiça social e o bem-estar da população.

Os meios de que o Estado se utilizou para fazer face despesas necessárias para cumprir seus objetivos perante a sociedade foram os mais variados, na antiguidade. Dentre eles: “guerras de conquistas, extorsões de outros povos, doações voluntárias, fabricação de moedas, exigência de empréstimos, rendas de bens próprios ou empresas, imposição de penalidades etc” (BARBOSA, 2005, p. 58).

Os chamados tributos passaram a ser a principal fonte de ingresso de recursos aos cofres públicos. O aumento dos tributos tornou-se excessivo e provocou movimentos e lutas dos povos contra a tributação não consentida.

A Magna Carta, de 21.06.1215, merece destaque especial em estudos que se façam da relação entre fisco e cidadania, bem como das revoluções e lutas travadas entre os que pagam tributos e os soberanos ou o Estado, quando se fala em Estado de Direito.

Foi outorgada na Inglaterra, como resultado de um acordo entre barões revoltados, aliados aos burgueses londrinos contra João Sem-Terra. Neste documento está a garantia de direitos como a liberdade de ir e vir, de

propriedade privada também a regra “no *taxation without representation*”, ou seja nenhuma taxaço sem representação (BARBOSA, 2005).

Foi por meio dessa Carta que pela primeira vez na história política medieval, “deixou implícito que o rei se achava naturalmente vinculado pelas próprias leis que editava. Estava lançada a pedra fundamental para a democracia moderna e o Estado de Direito” (BARBOSA, 2005, p. 58).

Diante da convicção de que cidadania é um status pessoal, que acompanha o indivíduo onde quer que ele se encontre, surgiu a necessidade de discussão sobre as dificuldades ainda existentes e as propostas de implementação de medidas que assegurem a plenitude dos direitos dela decorrentes.

Para que haja mudança de comportamento na sociedade, com o despertar da consciência de cidadania, é necessária a educação permanente e sistemática, voltada para o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. É fundamental o aprimoramento da consciência social do cidadão. Quando o Governo apresenta detalhadamente as razões que determinam a existência dos tributos, base de sua arrecadação e informa sobre a aplicação dos recursos há uma harmonia entre Estado e sociedade (SOUZA; PINHEIRO, 2012, p. 10).

No momento atual da vida institucional vive-se o amadurecimento, perplexidade e angústia, diante da necessidade de cumprimento dos postulados consagrados na Constituição de 1988 e a Educação fiscal visa a conscientização da sociedade em relação à função do Estado como arrecadador de impostos e em contrapartida o dever de todo os cidadãos de pagar imposto.

Desta feita então pode-se dizer que os objetivos da Educação Fiscal são, dentre outros:

Compreender a dinâmica das relações entre a atividade financeira do Estado, a responsabilidade do cidadão e o compromisso com o desenvolvimento social; sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, desenvolvendo a consciência crítica para o exercício do controle social; ampliar a participação popular na gestão democrática do Estado, incentivando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos; criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão, fortalecendo permanentemente o Estado Democrático; contribuir para fortalecer os mecanismos de transformação social por meio da educação, promovendo a reflexão sobre as práticas sociais; contribuir para aperfeiçoar a ética na administração pública e na sociedade, combatendo a corrupção e melhorando o perfil do cidadão público;

aumentar a eficiência, a eficácia, a responsabilidade fiscal e a transparência do Estado; obter o equilíbrio fiscal, atenuando as desigualdades sociais (SOUZA; PINHEIRO, 2012, p. 10 - 11).

O entendimento da Educação Fiscal não é centrado em tão somente explicar aos cidadãos por que se deve pagar impostos, objetiva ainda em alavancar uma cidadania participativa e conhecedora dos seus direitos e obrigações.

Para que haja a cobrança legal dos tributos, exige-se a existência de normas, estas denominadas de normas tributárias, as quais constituem o Direito Tributário. Esse Direito Tributário é que ditará as normas referentes à competência, aos contribuintes, base de cálculo, alíquotas, fatos geradores, isenções, anistias, arrecadação, fiscalização dos tributos.

Em nível constitucional, essa atividade interpretativa tem como guardião o Supremo Tribunal Federal. Tal atribuição não exclui, no entanto, o labor hermenêutico constitucional, como *iter* da aplicação do direito positivo, inerente à atividade judicante ordinária e até da própria função administrativa que implicam, sempre, aplicar o direito o que leva, inexorável, à necessidade de interpretá-lo (GOULART, 2003).

O sistema tributário, constituído por princípios e normas específicas. O exame da matéria tributária impõe, forçosamente, a análise e a entendimento dos pressupostos e regras esgotadas na Constituição, como lei capital e suprema do Estado, certificando poderes, atribuindo competências e estabelecendo os direitos e garantias individuais.

3.1 Cidadania e Consciência Fiscal

Todos os convivas sociais estão pressionados por regras. São comandos de linguagem (quem fala mal é discriminado), de trânsito (multas e atropelamentos), de respeito (a pais, professores, padres, pastores, chefes no trabalho), de saúde (comer alimentos saudáveis, praticar esportes, tomar remédios), de diversão (compra de ingresso e silêncio no teatro), de futebol (faltas, pênaltis, expulsão), de provas na escola (acerto de questões e repetência de ano), de religião (os dez mandamentos e as orações).

Aponta-se abaixo um quadro com o pensamento de alguns autores sobre a consciência fiscal.

<p>Consciência fiscal é um termo utilizado pelos ingleses que a chamam <i>detax consciousness</i>. Funda-se no estado de espírito daquele que é conhecedor de quanto paga e qual o seu sacrifício para manutenção dos serviços públicos.</p>	<p>Baleeiro (2004).</p>
<p>Sempre estão presentes certas obrigações (fazer, não fazer e tolerar que façam), moldando comportamentos e dirigindo as pessoas pelos caminhos da vida. A obrigação de respeito ao pai já está fixado o direito de este (sujeito ativo, credor) receber do filho (sujeito passivo, devedor) o devido respeito (crédito). Quando os pais (sujeitos passivos, devedores) levam seus filhos à roda gigante do parque de diversões, já está previamente definida a obrigação de pagar ao dono do parque (credor, sujeito ativo) a quantia certa do ingresso (o crédito)</p>	<p>Quaresma (2008).</p>
<p>A Educação Fiscal tem como objetivo promover o efetivo exercício da cidadania, visando o constante aprimoramento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão e da defesa permanente das garantias constitucionais, como forma de despertar consciências para a participação solidária e cidadã em face à responsabilidade fiscal, ao desenvolvimento social e a uma gestão pública eficiente e eficaz.</p>	<p>Souza; Pinheiro (2012).</p>

As obrigações no direito privado já estão a indicar o credor, o devedor e o crédito, inseridos em uma só relação, em um só momento, embora este se desdobre em atos distintos – exigência do pagamento (direito do sujeito ativo, credor) e sua quitação (dever do sujeito passivo, devedor), pelo preço certo (crédito).

Diferentemente se passa no direito tributário, onde há dois momentos distintos na relação obrigacional. A obrigação é instituída previamente sem que o

seu conteúdo esteja determinado, não sendo, ainda, exigível, pois não se sabe quem é o devedor, nem quanto ele tem de pagar (obrigação principal), ou o que tem ele a fazer (obrigação acessória) (QUARESMA, 2008).

A lei abstratamente descreve o fato gerador e menciona o sujeito ativo (o credor, aquele que tem o direito de receber o cumprimento de alguma obrigação – a saber, União, Estado, Distrito Federal, Município). Mas somente quando ocorre o citado fato gerador se saberá quem deve pagar ou fazer (sujeito passivo, aquele que tem a obrigação de fazer ou dar alguma coisa) e qual é o crédito, ou o montante do seu débito (obrigação principal), ou o que ele precisa fazer ou abster-se de fazer (emitir nota fiscal, escriturar livro, inscrever-se na repartição fiscal) (QUARESMA, 2008).

Assim sendo, no direito tributário, a lei, prévia e abstratamente, institui a obrigação. Mas o crédito e o sujeito passivo somente surgem no segundo momento da relação obrigacional.

A grande maioria da população desconhece o tributo que é pago, embutido no preço das mercadorias e na aquisição de serviços e, muitas vezes, se ilude achando que são os grandes empresários e prestadores de serviços os que arcam com a onerosa carga tributária (BARBOSA, 2005, p. 68).

Os contribuintes como os comerciantes, banqueiros e demais profissionais liberais, em verdade repassam o ônus tributário ao consumidor final.

O imposto não pode ser considerado como uma simples relação de poder, em que o Estado faz exigências e o indivíduo a elas se submete. O imposto configura-se como um dever fundamental que integra a constituição do próprio indivíduo, tratando-se de um “contributo indispensável a uma vida em comum e próspera de todos os membros da comunidade organizada em estado” (PINHEIRO NETO, 2016, p. 41).

Ele tem por destinatário apenas os cidadãos fiscalmente capazes, não existindo lugar para qualquer pretensão direito fundamental de não pagar impostos.

Dessa forma, entendemos que a tributação constitui-se num meio para que o Poder Público possa realizar seus objetivos consubstanciados nas mais diversas funções do Estado de Direito e Social.

Aqui, o princípio da solidariedade é norte central, uma vez que exige posturas solidárias de uns com os outros, tendo em vista as diferentes oportunidades de cada um em meio aos ciclos cumulativos de desvantagens competitivas, que não pode dotar de caráter absoluto as vantagens meritocráticas que cada um tem ou teve. É também nesse aspecto que a tributação constitui-se numa forma de redistribuição de renda e fomento para a tutela dos interesses comuns da sociedade.

Pode-se dizer que existe na maior parte da sociedade uma anestesia fiscal denominada por Torres (2003, p. 318), de cidadania passiva, “característica do liberalismo político em seus primórdios”.

A dicotomia entre cidadania ativa e passiva tem variações no modo de ver e participar da sociedade. A cidadania ativa é participativa, nos moldes das antigas cidades gregas. Para o cidadão participante a cidadania faz parte do centro de sua vida. Como “ator político essencial”, o seu cotidiano está impregnado por assuntos como a elaboração das leis e a Administração pública.

O espírito cívico carece de consciência clara da forma como o Estado exerce suas funções de alocar recursos, através da apropriação ou exploração das riquezas próprias ou derivadas, via tributação; de como se dá a distribuição desses recursos e pagamento de despesas que são indispensáveis ao funcionamento do Estado, e da função estabilizadora da economia (BARBOSA, 2005).

Quando o Estado, coagido pela pressão das massas, pelas reivindicações que a impaciência do quarto estado faz ao poder político, confere, no Estado constitucional ou fora deste, os direitos do trabalho, da previdência, da educação, intervém na economia como distribuidor, dita o salário, manipula a moeda, regula os preços, combate ao desemprego, protege os enfermos, dá ao trabalhador e ao burocrata casa própria, controla as profissões, compra a produção, financia as exportações, concede crédito, institui comissões de abastecimento, provê necessidades individuais, enfrenta crises econômicas, coloca na sociedade todas as classes na mais estreita dependência de seu poderio econômico, político e social, em suma, estende a sua influência a quase todos os domínios que dantes pertenciam, em grande parte, à área de iniciativa individual, nesse instante o Estado pode, com justiça, receber a denominação de Estado Social (BONAVIDES, 2004, p. 186).

O Estado Social é marcado pela garantia das liberdades individuais, com o reconhecimento dos direitos sociais, através do intervencionismo estatal. Dessa

forma, o Estado Social passou a assegurar os direitos de segunda dimensão, que correspondiam às necessidades das classes menos favorecidas, como forma de compensá-las pela desigualdade existente.

O Estado Social Democrático de Direito trabalha com a ideia da esgotabilidade de recursos na via orçamentária, buscando de maneira equilibrada, entre receitas e despesas oferecer prestações públicas na área da saúde, da educação, do fomento à economia e para a redução das desigualdades sociais. Nele, equilibram-se a justiça e a segurança jurídica, a legalidade e a capacidade contributiva, a liberdade e a responsabilidade na proteção e na implementação dos direitos humanos.

A vulgarização dos direitos chamados “fundamentais” constitui um perigo para viabilização ou eficácia desses mesmos direitos.

Evidentemente, há regras legais de comportamento disciplinando a obrigação de pagar tributos, mas há também normas reguladoras prevendo de que maneira o contribuinte, perante a própria Administração estatal, poderá indagar se o tributo exigido está correto ou não, quer do ponto de vista qualitativo, quer do ponto de vista quantitativo.

Do ângulo jurídico, o cenário desenhado no esquema positivo brasileiro revela vários entes federativos – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – dotados da competência de instituir, cobrar e arrecadar diversos tributos, cada um deles se ocupando de disciplinar as regras gerais e específicas voltadas para a discussão do lançamento (MORGADO, 2013).

Quando o Estado atribui direitos a um grupo de indivíduos, reconhece-lhes o status de cidadãos. Cidadania é “a situação jurídica de uma pessoa em relação a determinado Estado” (BARBOSA, 2005, p. 89).

Em uma linguagem jurídica esta seria uma definição bastante objetiva. Paralelamente ao desenvolvimento de um sentimento de nacionalidade os indivíduos consideram-se cidadãos.

A cidadania está associada a direitos legitimados pelo Estado e vinculados à ideia de identidade social, isto é, o sentimento de pertencer a uma comunidade.

Esta percepção independe do reconhecimento por parte do Estado e está muito mais vinculada ao campo simbólico. Atos de revolta, passeatas e outras manifestações públicas de indignação, e até mesmo atitudes como a não sonegação do imposto, são expressões não autorizadas ou juridicamente condenadas, que podem demonstrar cidadania.

O baixo nível de consciência fiscal da sociedade brasileira, que desconhece a estrutura do Estado, o seu modelo de gestão e a sua política tributária, representa um preocupante obstáculo ao controle social. As deficientes políticas públicas de educação implementadas no país, contribuiu para a criação de cidadãos passivos, facilitando as manobras espúrias de governos incompetentes, populistas e corruptos, que sem nenhum pudor, se sentem confortáveis para arrecadar, sempre que necessário mais recurso dos contribuintes, para bancar suas ineficiências ou desvios (PEREIRA, 2015, p. 02).

O contribuinte que cobra do Estado, por meios formais ou informais, o reconhecimento de um direito, tanto individualmente, como através de associações coletivas ou grupos, defende seus interesses e forma uma identidade social de um pagador de impostos, ativo e participativo (BARBOSA, 2005).

Não se pode falar em universalidade de direitos, uma vez que cada Estado constrói a sua história e a evolução de seus direitos, bem como a forma como se dá a representação dos concidadãos. A cidadania e sua prática não têm um conceito fechado, mas se transformam com a evolução da história.

A identidade social e nacional construída pelos cidadãos, muitas vezes informalmente, é que dá o sentido impulsionador e valorativo a determinadas práticas que se tornam relevantes para o desenvolvimento e conquista de novos direitos pela sociedade, e que constituirão a evolução da cidadania.

O poder do consumidor, do contribuinte, do empregado ou do cidadão só se estabelece quando é coletivamente reconhecido e quando passa pela legitimação por parte do Estado.

“Em uma visão dinâmica, haverá tributo sempre que a relação jurídica daquele feito se instalar, em decorrência de um fato que não configure acordo de vontades, considerado em si mesmo e que se quadre inteiramente no texto legal” (PUGLIESE, 2010, p. 116).

O critério material constitui a descrição objetiva do fato, consistindo no núcleo da hipótese. O critério espacial estabelece as condições de lugar onde poderá acontecer o evento. O critério temporal é o que, ao fixar as circunstâncias de tempo, permitirá saberem que momento se considera ocorrido o fato.

Há pouco tempo atrás pode-se ver em matérias veiculadas em diversos canais de mídia sobre o fato do contribuinte exigir sua nota fiscal, visando impulsionar a arrecadação.

Essas campanhas, em que pese ao objetivo preciso de aumento de arrecadação, tinham certo cunho educativo, com informações sobre a história e as finalidades dos tributos. No entanto, não se prestavam a inculcar na sociedade uma consciência mais clara sobre tributação e finanças públicas (SOUZA; PINHEIRO, 2012, p. 16).

Programa Nacional de Educação Fiscal foi criado com o objetivo de busca promover o entendimento dos cidadãos do dever de exercer sua função social do tributo como cidadão no acompanhamento dos gastos públicos.

“O aumento da cumplicidade do cidadão em relação às finanças públicas torna mais harmônica sua relação com o Estado. Esse é o estágio de convivência social desejável e esperado” (SOUZA; PINHEIRO, 2012, p. 19).

O poder do cidadão é o fundamento do poder dos dirigentes do país. Os servidores públicos e, em particular, os funcionários fazendários, exercem suas funções para servir e não para oprimir e confiscar.

Com o Estado federado, busca-se, ao menos teoricamente, a aplicação concreta do princípio da solidariedade, em que dentro de uma escala de unidades sociais e estatais que vai da família até a União, a unidade menor em cada caso é incumbida de assumir as tarefas a serem cumpridas, na medida em que sua execução apropriada lhe for possível.

O Programa Nacional de Educação Fiscal “é incipiente e ainda vive-se no Brasil um estado de profundo desconhecimento das bases da sociedade em relação às coisas mais elementares, agravado, no caso do tributo, pela sua natureza impositiva” (SOUZA; PINHEIRO, 2012, p. 19).

Existem muitas pessoas que ainda confundem, “Estado com governo; contribuinte de direito com contribuinte de fato; governo com funcionário público” (SOUZA; PINHEIRO, 2012, p. 19).

É por meio de programas de Educação Fiscal se pode despertar o cidadão para a relevância do pagamento natural dos tributos.

O estudo da justiça fiscal e do dever solidário fundamental de pagar tributos, nesse contexto, “revela-se estágio indispensável à compreensão da importância da instituição de novos e efetivos instrumentos de cobrança de tributos para o alcance do equilíbrio do sistema jurídico” (MOTTA, 2007, p. 03).

Quando ocorre a instituição de qualquer imposto pelo Estado onde o seu cálculo está inserido na base de cálculo do próprio imposto, “exerce o papel de fomentar o desconhecimento para minorar a capacidade do cidadão em exercer plenamente a cidadania. Pedagogicamente, o Brasil será outro quando seu povo, sua gente, conhecer o tributo que paga” (BARBOSA, 2005, p. 99).

É inegável certa tensão entre Cidadão-Contribuinte e Estado. São lados opostos da relação obrigacional, e cada qual tem seus objetivos, valores de segurança jurídica, visões distintas sobre a legalidade tributária e sobre a capacidade contributiva. Quanto mais desenvolvida a informação melhor definidas as responsabilidades, de forma clara e transparente, melhor e menos sujeita à sonegação estará porque mais confiante a relação.

A função da representação política na democracia é bastante diferente das desenvolvidas cidades gregas. Na democracia, a prevalência é do cidadão, não mais súdito, servo ou subordinado em relação ao Estado, não mais com atributos de super poderes.

A cidadania é hoje o conceito que envolve naturalmente o direito da participação possível dos cidadãos no processo decisório governamental. Na atualidade, são muitas as formas de participação popular no processo de decisão governamental, as quais muito têm a ver com a própria história de nosso país. A Constituição de 1988 introduziu vários mecanismos de participação popular aplicáveis aos Municípios (SOUZA; PINHEIRO, 2012, p. 21).

A Constituição brasileira de 1988, conferiu caráter de irreversibilidade e de inesgotabilidade aos direitos e garantias do cidadão e à declaração dos direitos dos contribuintes, dentre eles os princípios da legalidade, irretroatividade, anterioridade, vedação ao confisco, tributação conforme a capacidade contributiva, inseridos no art. 150 e que se juntam aos do art. 5º.

O contribuinte, diante da força do Estado, é reconhecidamente vulnerável e hipossuficiente. O legislador buscou protegê-lo e resguardá-lo determinando aos fornecedores de produtos e prestadores de serviços que o façam de forma eficiente, segura e adequada, disponibilizando informações e esclarecimentos sobre os serviços prestados, mercadorias e impostos que são exigidos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe um programa de defesa do contribuinte é um programa vinculado ao órgão administrativo, que age de forma independente, assegurando solução para aqueles problemas de tributação que não foram resolvidos prontamente pelos canais normais (BARBOSA, 2005).

Toda a linguagem utilizada para divulgação do programa é bem clara, utilizando o pronome de tratamento na terceira pessoa do singular, e com um formato que facilita o entendimento para o leigo, em perguntas e respostas. Há também divulgação do programa em espanhol, o que demonstra a intenção de atingir a maior parcela possível da população de pagadores de impostos daquele país, independentemente da nacionalidade.

Um telefone gratuito é colocado à disposição do interessado e concedida à possibilidade de fazer o download do programa e propostas do Serviço de Defesa do Contribuinte, bem como o envio de cartas ou fax. No programa, o contribuinte orientado a fornecer determinadas informações ao advogado, tem ainda à possibilidade de indicar alguém que fale por ele, podendo ser informado via fax, caso não queira se expor. É garantida a discricão no trato do problema (BARBOSA, 2005).

É a hora do cidadão; e essa mudança radical pode não ser de interesse, no aspecto financeiro, para alguns, mas é da maior importância para o pagador de tributos e para o desenvolvimento da cidadania neste país.

O pagador de tributos é sempre tratado com certa desconfiança ou ameaça como se estivesse sempre em débito ou irregular perante a fazenda pública.

O direito à informação sobre os impostos pagos na aquisição de mercadorias ou na prestação de serviços e a transparência no trato com o dinheiro público, por parte da Administração Pública, constituem direito humano, no campo dos direitos fundamentais.

E o direito à informação ou ao conhecimento de que impostos estão inseridos no preço da mercadoria e na prestação do serviço? E direito do cidadão que se aplica individual ou coletivamente.

Para aqueles que apenas têm um mínimo suficiente para a subsistência (não podem satisfazer por si mesmos necessidades básicas), poder-se-ia considerar como não obrigatória tal informação por parte do Estado.

Em compensação, tais pessoas deveriam estar imunes ao pagamento de qualquer tributo que pudesse estar inserido na aquisição de cesta básica e outros produtos indispensáveis à sobrevivência, bem como imunes também ao pagamento de qualquer imposto na aquisição de serviço, por exemplo, saúde e educação.

O poder do cidadão é o fundamento do poder dos dirigentes do país. Os servidores públicos e, em particular, os funcionários fazendários, exercem suas funções para servir e não para oprimir e confiscar, ou seja, os atos administrativos em geral estão atrelados ao princípio de legalidade, isto é, a Administração Pública, através de seus agentes, somente pode realizar o que a lei expressamente autorizar.

A falta de conscientização e de acesso ao conhecimento e às informações está diretamente vinculada ao Estado fraco e incapaz de coibir a violação dos direitos humanos e de garantir direitos sociais e políticos

A Educação Fiscal, devido a sua abrangência e relevância, deve ser levada como prioridade pela Administração Pública e, nesta ótica, tem ultimamente recebida a devida atenção pelos gestores públicos, posto que está introduzida nos programas estratégicos do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com os direitos voltados para a sociedade decorreu da falência de um modelo liberal que, embasado no individualismo e no absentismo estatal, fez eclodir graves desigualdades sociais e impeliu o Estado a repensar sua própria função política, através de um novo delineamento das funções dos poderes constituídos ainda nos estertores do século XIX.

Em razão da centralidade que esses direitos ocuparam a Carta Magna de 1988, eles se constituem como o vetor de agir do Estado e a sua própria razão de ser, na medida em que se busca, agora, não apenas uma igualdade formal, mas uma igualdade material entre os componentes do corpo social.

Esse ímpeto pela realização do Estado Social, e promoção da justiça social no Brasil, fez com que tal tarefa ocupasse boa parte dos objetivos da república e trouxesse para a atual Constituição um conjunto extenso e bem diversificado de direitos sociais que tratam, em verdade, de bens soberanos de toda a humanidade, cuja proteção é condição para a erradicação da miséria e de toda forma de poder arbitrário.

A tributação é o principal meio que permite a manutenção da maioria dos governos e a implementação de políticas públicas. Além disso, a análise da tributação nos fornece a compreensão de outros princípios fundamentais que regem os Estados: grau de centralização do poder, o nível de intervenção nas atividades privadas, natureza da redistribuição etc.

Em outras palavras, a análise detalhada da estrutura da tributação fornece pistas sobre o modelo econômico e social seguido pelo Estado. Sobre os cidadãos, os tributos estão presentes em quase todas as atividades diárias. A renda, o consumo e o patrimônio não escapam à tributação na maioria dos países.

Essa transferência de dinheiro do privado ao público pode causar – na ideia dos contribuintes – uma reação negativa perante o imposto, especialmente se os encargos e serviços públicos não forem geridos eficazmente. A história das nações abunda em exemplos de revoltas e disputas fiscais.

No Brasil deveria utilizar-se de exemplo como dos Estados Unidos onde há um programa que auxilia nas demandas envolvendo o consumidor com linguagem clara e fácil entendimento para os leigos.

Nos estados unidos normalmente o Serviço de Defesa do Contribuinte auxilia para que o contribuinte compreenda a aplicação da legislação tributária, caso ocorra do cidadão estiver sofrendo ameaça ou sentir-se ameaçada ou se houver cobrança indevida, inclusive o pagamento de taxa de representação; se sofre dano irreparável ou impacto de longo prazo; se está esperando por mais de 30 dias a solução para algum lançamento realizado, ou se não recebeu resposta para uma solução determinada, na data prometida.

Como pesquisas futuras aponta-se que se deveria criar normas mais claras, objetivando a educação bem como o entendimento do consumidor, porque pagar, o que paga, em relação aos tributos diversos existentes no país.

O Estatuto do Contribuinte pode civilizar a lei tributária, mas, para que isto aconteça, é necessário que contribuintes profissionais, tais como contadores, administradores e economistas, se façam paladinos do estatuto, e que invoquem a aplicação eficaz da norma pela Administração Fazendária e a interpretação dos juízes neste sentido.

O momento político pelo qual passa o país exige uma ampla discussão acerca de conhecimento, de entender a máquina pública, dos encargos, taxas e demais tributos, jamais na história se deparou com o nível de corrupção atingida nos últimos dias, se informar é ter garantido o direito de questionar de buscar um aperfeiçoamento da legislação e do direito como um todo.

A cidadania fiscal abarca uma diminuição grande das renúncias fiscais. Os países em desenvolvimento, com suas políticas de incentivos fiscais e concessão de subsídios às organizações, geralmente de certa forma afligem o cidadão contribuinte, que acaba pagando pelo aumento da carga tributária e em contrapartida não tem o retorno social em moradia, saúde, educação e segurança para si, e na infraestrutura dos bairros mais pobres.

Deve existir uma preocupação crescente por parte do Estado e certa imposição por parte dos cidadãos para seja criado um cenário político mais

conveniente para fazer valer todos direitos dos cidadãos abarcados nos princípios básicos do Estado Democrático de Direito.

A implantação de programas de Educação Fiscal pode- ser uma opção que pode oportunizar ao cidadão compreender o Estado e sua estrutura, bem como a função socioeconômica dos tributos, o valor da arrecadação tributária e ainda encorajar e incitar o cidadão para que este acompanhe a aplicação dos recursos arrecadados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 16 ed. rev. e atual. por Campos, Dejalma. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. **Direito tributário brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BARBOSA, Alice Mouzinho. **Cidadania fiscal – evolução histórica teoria da carga desmedida – consciência fiscal – limitações ao poder de tributar – estado do contribuinte**. Curitiba: Juruá, 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL, República Federativa do. **Código Tributário Nacional**: Lei nº 5.172, de 25-10-1966. Em: Código Tributário Nacional, Legislação Tributária e Constituição Federal. 12 ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CASSES, Rafael Fiuza. O estado fiscal na era da cidadania fiscal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, mar 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7363. Acesso em: 14 dez. 2016.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

EFING, Antônio Carlos. **Direito de consumo**. Curitiba: Juruá, 2005.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito Tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FIRMINO, Nelson Flávio. **Curso de Direitos Fundamentais**. Curitiba: Juruá, 2013.

GOULART, Karine Borges. **Entidades Benéficas e Contribuições Sociais**. Curitiba: Juruá, 2003.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORGADO, Vladimir Miranda. **Contribuinte e Fisco no Processo Administrativo**. Atuação e Autuação. Tomo III – Lei Nacional de Normas Gerais e Viabilidade Jurídica. Curitiba: Juruá, 2013.

MOTTA, Marianna Martini. Do poder de tributar ao dever fundamental de pagar impostos: a via da efetivação dos direitos sociais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 45, set 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2252>.

Acesso em: 15 dez. 2016.

PEREIRA, José Matias. **A frágil consciência fiscal dos brasileiros**. Disponível em: <http://maurilio.com.br/?p=5207>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PINHEIRO NETO, Othoniel. **Curso de Direito Constitucional**. Curitiba: Juruá, 2016.

PUGLIESE, Fábio. **Contribuinte e administração tributária na globalização**. Curitiba: Juruá, 2010.

QUARESMA, Ruben de Azevedo. **Ética, direito e cidadania – Brasil sociopolítico e jurídico atual**. Curitiba: Juruá, 2008.

REIS, Elcio Fonseca. **Federalismo Fiscal – Competência Concorrente e Normas Gerais de Direito Tributário**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Juvêncio Borges e; LEHFELD, Lucas de Souza. **Constituição, cidadania e concretização de direitos coletivos**. Curitiba: Juruá, 2016.

SOUSA, Ercias Rodrigues de. **Imunidades Tributárias na Constituição Federal**. Pensamento Jurídico. Curitiba: Juruá, 2003.

SOUZA, Livia Andréa Figueiró; PINHEIRO, Regiane das Graças. **Educação fiscal: um incentivo ao exercício da cidadania.** Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=educacao_fiscal_2.pdf. Acesso em: 24 mar. 2017.

TEIXEIRA, Clésio. **Educação fiscal – verdade que incomoda.** Disponível em: <http://teresinadiario.com/colunas/fisco-em-debate/educacao-fiscal-verdade-que-incomoda/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário.** 10 ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

WEBER, Ricardo Henrique. **Defesa do Consumidor.** O Direito Fundamental nas Relações Privadas. Curitiba: Juruá, 2013.